

**September 30, 1981**

**Memorandum of Conversation, Brazilian Foreign  
Minister Guerreiro and US Secretary of State Haig**

**Citation:**

"Memorandum of Conversation, Brazilian Foreign Minister Guerreiro and US Secretary of State Haig", September 30, 1981, Wilson Center Digital Archive, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas (FGV). Obtained and translated by Fundação Getúlio Vargas.  
<https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/115221>

**Summary:**

Brazilian Foreign Minister Guerreiro and American Secretary of State Alexander Haig meet in Washington D.C. Haig illustrates a shift in American nuclear policy from that of the Carter administration to a more lenient approach.

**Credits:**

This document was made possible with support from Carnegie Corporation of New York (CCNY)

**Original Language:**

Portuguese

**Contents:**

Original Scan  
Translation - English

MINISTÉRIO  
DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES

Secreto-Exclusivo

1319 Despacho  
Item nº 04

INFORMAÇÃO PARA O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Data: 30 de setembro de 1981.

Índice: Brasil-EUA. Entrevista com o  
Secretário de Estado norte-  
americano Alexander Haig.

319

No domingo passado, 27 do corrente, pouco antes de retornar ao Brasil, fui recebido pelo Secretário de Estado Alexander Haig. Nossa entrevista, que durou três quartos de hora, foi cordial, substantiva e variada.

2. O Secretário de Estado que, segundo me disse, havia passado o fim-de-semana em conversações sobre a questão do Oriente Médio, estava em excelente estado de espírito e revelou boa disposição para o diálogo.

3. Haig iniciou a conversa com uma menção à próxima visita ao Brasil do Vice-Presidente George Bush, de quem disse ser amigo há anos.

4. Referiu-se, a seguir, à questão do aproveitamento pacífico da energia nuclear e ao tema correlato de cooperação internacional nesse campo. Disse Haig que considerava a multiplicidade de normas existentes nos EUA sobre a energia nuclear uma "aberração", uma "fixação" que não corresponderia ao pensamento nem do Presidente Reagan nem do próprio povo norte-americano. Essas "insanidades", que seriam produto da política do anterior Governo norte-americano, estariam prejudicando, segundo Haig, o próprio desempenho econômico do país, pois, dado o número de instâncias que se ocupam dos variados aspectos das questões nucleares, são hoje necessários onze anos entre a concepção e a efetiva entrada em funcionamento de uma usina nuclear, nos EUA. Essas normas, portanto, devem, ainda segundo Haig, ser mudadas. Nesse quadro, notou o meu interlocutor, deve colocar-se o exame da questão da recarga de Angra-I. De minha parte, disse-lhe que é posição do Governo brasileiro procurar evitar, dentro do possível, que essa questão assumia proporções dramáticas, o

Secreto-Exclusivo

PH

**Secreto-Exclusivo**

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— 02 —

que fatalmente afetaria de forma negativa o nosso relacionamento bilateral, e que permanecemos na disposição de negociá-la, como havíamos anunciado ao Secretário de Estado Assistente Thomas Enders, por ocasião de sua recente visita ao Brasil. (Pelo que posso depreender das palavras de Haig, há sinais de que a posição norte-americana nesta questão está evoluindo: primeiramente e até a visita de Enders, Washington exigia novos compromissos no campo das salvaguardas por parte do Brasil; diante da recusa do Governo brasileiro em atender essas reivindicações, Enders, durante a sua visita, procurou caracterizar um impasse em que a "culpa" seria brasileira, o que evitei, e, agora, o Secretário de Estado parece haver reconhecido que o problema reside mais propriamente no regime que as leis norte-americanas buscam impor, do que na atitude do Brasil. É muito provável que Haig tenha dado esta indicação otimista por não ter muito presente em seu espírito o ponto específico das dificuldades atuais no plano bilateral).

5. A seguir, manifestei a Haig a confiança de que os dois Governos serão capazes de resolver quaisquer problemas bilaterais, políticos ou econômicos, que possam surgir. Observei, porém, que, por outro lado, estávamos preocupados no Brasil com certas posições que o Governo norte-americano vem adotando no plano multilateral, especialmente no que diz respeito ao Direito do Mar, Diálogo Norte-Sul, e à tentativa de subdividir os países em desenvolvimento em diversas categorias que, quando aplicadas, nos criam problemas comerciais e financeiros. A propósito, referi-me às dificuldades que ameaçam surgir para o Brasil com a posição dos EUA de estender ao FMI e ao Banco Mundial o conceito de "graduation", o que, uma vez concretizado, prejudicaria seriamente a nossa elegibilidade como tomadores de empréstimos naquelas instituições financeiras. (Ficou-me a nítida impressão de que Haig ignorava as implicações para o Brasil dessa tomada de atitude por parte de seu Governo, o que parece indicar que a aplicação crescente da tese da "graduation" pelo Governo norte-americano em relação a países como Brasil, México, Argentina e outros se faz por força sobretudo de um certo pensamento geral sobre os problemas do relacionamento Norte-Sul, e não por motivações de sentido político específico, e até mesmo sem levar em conta as repercussões nas suas relações bilaterais com esses países).

**Secreto-Exclusivo**

**Secreto-Exclusivo**

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— 03 —

6. Expliquei a Haig a posição de nosso Governo com relação à participação brasileira em Cancún, havendo ele reagido de forma positiva, tendo em vista o estado de saúde do Presidente Figueiredo. Haig formulou os melhores votos pelo bem-estar do Presidente brasileiro e transmitiu-me a expressão do interesse do Presidente Reagan, com quem conversara na manhã de domingo.

7. O Secretário de Estado fez questão de relatar-me os últimos desenvolvimentos das negociações relativas à independência da Namíbia. Afirmando que podia ser franco comigo, disse Haig que, em razão dos contatos havidos com a África do Sul e no seio do grupo de contato ocidental, passara a crer na possibilidade de serem alcançados resultados positivos, se algumas pequenas alterações puderem ser introduzidas no plano das Nações Unidas para a independência da Namíbia. Esclareceu Haig que as conversações bilaterais EUA-África do Sul não têm sido uma "festa de amor" ("love feast"), chegando algumas vezes a serem desagradáveis, além de difíceis. Haig disse estar convencido de que não seria útil um clima de polêmica ou de ataques e condenações públicas à África do Sul (essa posição, de resto, é tradicional, por parte dos EUA, em todo o processo de descolonização). Haig acrescentou que as recriminações contra a África do Sul, no correr do presente ano, levaram Pretória a tornar mais rígida a sua posição, rejeitando uma presença significativa da ONU na Namíbia e, também, a própria Resolução 435. Disse que considerar a SWAPO como único representante do povo da Namíbia teria sido um erro por parte da ONU. (Lembrei, a propósito, que, no contexto da negociação, a própria SWAPO e os países africanos da Linha de Frente haviam, em janeiro, na Conferência de Genebra, até aceito que outras forças participassem normalmente do processo político da Namíbia, e que isto havia sido uma importante concessão, mantendo-se a África do Sul inflexível. Adicionou Haig que os sul-africanos estavam convencidos, dada a documentação que apreenderam no sul de Angola, que os soviéticos, há pelo menos dois anos assistem e "dirigem" a SWAPO (o que, também, não é uma acusação nova por parte da África do Sul).

8. Prosseguindo, Haig informou-me de que o Sub-Secretário Clark e o Secretário de Estado Assistente Crocker haviam obtido em suas longas conversações que a África do Sul aceite: a) a Resolução 435; b)

**Secreto-Exclusivo**

# Secreto-Exclusivo

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— 04 —

b) uma presença importante da ONU na transição da Namíbia para a independência; c) medidas de criação de confiança; d) que as minorias brancas, embora recebam garantias, não terão direito de veto que lhes permita paralisar o processo político na Namíbia; e) posição não-alinhada da Namíbia no plano internacional.

9. Indicou Haig que a reunião do Grupo de Contato, no curso da semana passada, teve como objetivo refinar essas posições, que agora deverão ser negociadas com os demais atores do processo, inclusive os países da Linha de Frente e a SWAPO.

10. Haig deu ênfase, em suas palavras, à questão correlata da presença de tropas cubanas em Angola e da conveniência de criar condições internacionais que facilitem sua retirada. Dei-lhe conta, de forma sumária, dos contatos que temos tido com o Governo angolano e de nossa avaliação de seu interesse numa solução negociada para a questão e que permita concretizar essa retirada. Haig, depois de voltar ao tema da convicção sul-africana de que a URSS está por trás da SWAPO, observou que "ele e eu" sabíamos que os nacionalistas africanos, em sua luta, estarão sempre dispostos a se utilizarem de qualquer ideologia para chegar ao poder. Reafirmou que o seu Governo não tem interesse em que a Namíbia se transforme em um instrumento da URSS (essa posição tem um grau de convergência com a nossa, de vez que nos interessa que os países africanos possam afirmar, independentemente de pressões, a sua própria personalidade nacional).

11. Relatou-me Haig que, quando visitou a Iugoslávia, recebeu um recado do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola, Senhor Paulo Jorge, de que o Governo angolano favoreceria a criação de condições internacionais que levassem à retirada cubana e que estaria profundamente interessado no comércio e na tecnologia ocidentais. Na quinta-feira passada, disse-me, teve um encontro reservado com Paulo Jorge, no qual ficou confirmada a mensagem recebida em Belgrado.

12. Haig confidenciou-me que pediria a Gromyko, na segunda-feira, que os EUA estão dispostos a resolver as questões da África meridional com a participação da União Soviética ou sem ela. Gromyko, em ocasião anterior, já teria manifestado que a URSS não tem um "interesse" na região e Haig o exortou a agir em consequência ("put your money where

# Secreto-Exclusivo

P19

**Secreto-Exclusivo**

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— 05 —

your mouth is").

13.

Disse Haig que a independência da Namíbia e a retirada cubana não é mais uma questão do ovo-e-da-galinha ("chicken-and-egg-question"), mas sim do "omelete de galinha". Afirmou que tem recebido sinais positivos por parte da OUA e, até mesmo, de Cuba.

14.

Repeti a Haig o que já havia expressado a Enders, em Brasília: não falamos por Angola, mas nos parece que a solução para a questão estará na negociação de garantias recíprocas e por etapas, combinada com uma gradual retirada ("phasing-out") das tropas cubanas. Não via, acrescentei, razão que impedisse o Governo angolano de chegar a um compromisso nesse sentido, embora é claro, Angola fosse continuar com uma organização interna sócio-econômica de tipo marxista. Haig fez dois comentários a respeito: disse que era necessário "preservar" os seus interlocutores angolanos para evitar que lhes ocorra "o mesmo que aconteceu com Agostinho Netto" e que os EUA desejavam afastar as super-potências da África meridional. Voltei a falar-lhe da possibilidade da negociação de garantias mútuas e do interesse brasileiro numa Angola verdadeiramente independente e não-alinhada, em resposta a uma observação dele de que não deveríamos "repetir" a idéia de que as tropas cubanas só devem sair da Angola depois de que a Namíbia for independente. (Na verdade, o Governo brasileiro nunca colocou o problema dessa forma. Provavelmente, Haig recebeu de Enders um relato impreciso da conversa que tive com ele em Brasília. Naquela ocasião, observei a Enders não ser provável que as forças cubanas saíssem de Angola antes da independência da Namíbia, dada a própria gênese e motivação da presença cubana: proteger Angola das incursões sul-africanas, o que só se tornaria desnecessário com a Namíbia independente. Esse foi o "background" de minha sugestão a Enders quanto a negociação de garantias recíprocas e distribuídas em etapas, como uma forma de romper o impasse).

15.

Com relação ao Direito do Mar, manifestei preocupação com que os EUA venham a ficar em posição de total isolamento e mencionei que os próprios EUA deveriam fazer um esforço especial para contornar essa eventualidade. Haig respondeu-me que era seu objetivo evitar a repetição do episódio do SALT-II, isto é, que o Executivo assinasse um Tratado

**Secreto-Exclusivo**

**Secreto-Exclusivo**

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— 06 —

e, depois, se visse sem condições de obter a ratificação do Senado. Afirmou que com a reavaliação de posições ora em curso nos EUA, os interesses privados já começam a perceber que, para explorar, sem tropeços, os fundos do mar, necessitarão de um tratado multilateral e que o Governo norte-americano acredita poder voltar a negociar preservando o consenso anteriormente alcançado.

16. Com relação à substância da reunião de Cancún, esclareci que o Governo brasileiro não está interessado na criação de um mecanismo para atuar após a Conferência, mas deseja que a mesma seja conclusiva e que dela resulte um espírito de conciliação de interesses que possa ser utilizado sempre que as circunstâncias do Diálogo Norte-Sul o justifiquem. Acrescentei que em Cancún a ênfase brasileira será posta nos aspectos estruturais, globais, e de longa duração e que resistiremos à divisão dos países em desenvolvimento em diferentes categorias, uma vez que esses países partilham problemas fundamentais como, por exemplo, o de serem importadores líquidos de capital e tecnologia, sofrerem graves desequilíbrios setoriais e regionais e lutarem com sérios problemas sociais. Haig revelou alguma compreensão quanto a este último ponto e respondeu ter presente que o Brasil é um país grande, complexo e diversificado. Falou de futura "super-potência" e eu comentei que não havíamos sequer "graduado".

17. O Secretário de Estado disse-me que em Grand Rapids os Presidentes Reagan e López Portillo e o Primeiro-Ministro Trudeau, além de trocarem impressões sobre Cancún, examinaram a presente situação na América Central e Caribe. Relatou que o Presidente mexicano agora apoia com vigor o plano de assistência à "bacia do Caribe", uma vez que os EUA deixaram claro que esse plano nem se coloca no âmbito da compatição Leste-Oeste, nem se dirige especificamente contra Cuba.

18. De minha parte, dei-lhe ciência, em linhas gerais, das conversações que mantive com o Presidente López Portillo na oportunidade de minha visita ao México. Expliquei que nos havíamos dissociado da declaração franco-mexicana sobre El Salvador, sem sermos agressivos com nossos anfitriões. Observei que não tínhamos encontrado justificativa política para a ação pública empreendida pelo México e pela França. Expli-

**Secreto-Exclusivo**



# Secreto-Exclusivo

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— 07 —

explicitarei a diferenciação que fazemos entre determinadas situações coloniais, as quais têm acentuado componente internacional, e outras situações como a de El Salvador em que o princípio da não-intervenção deve ser plenamente respeitado. Acrescentei que havíamos concitado a Venezuela e o México a que procurassem, em privado, motivar seus respectivos amigos ou correligionários salvadorenhos a que, apesar de todas as dificuldades, buscassem uma solução política e negociada para a crise.

19. Relatou-me o Secretário de Estado que López Portillo, em Grand Rapids, havia praticamente se desculpado quanto ao comunicação franco-mexicano ("não fizemos as coisas corretamente", teria dito o mandatário mexicano). Acrescentou Haig que o líder social-democrata Guillermo Ungo tem mantido algum contato com o Presidente Duarte, que é democrata-cristão. Haig demonstrou interesse em que os sóciais-democratas se unissem, como tal, ao processo eleitoral, mas não que os guerrilheiros o fizessem, pois estes contariam com o apoio do "braço de Moscou".

20. Reconhecendo as dificuldades do problema salvadorenho, transmiti a impressão de que seria conveniente que as eleições não servissem apenas a uma tentativa de obter uma legitimação externa para o atual Governo salvadorenho, sem que se encaminhe paralelamente o problema interno.

21. Respondeu o meu interlocutor que os EUA querem ir à fonte dos problemas e isso significa tratar com Cuba, de forma construtiva, se os cubanos cooperarem, ou não. Asseverou que os EUA estão preparados a trabalhar com os cubanos e não estão procurando criar casos ("We are not looking for trouble"), apesar dos 40.000 soldados cubanos na África e dos 10 milhões de dólares diários que Cuba recebe da URSS. (Nesse ponto, Haig está certamente recolhendo idéias de López Portillo, que se propõe a intermediar uma eventual aproximação cubano-norte-americana).

22. De minha parte dei-lhe conta do estado de nossas "não-relações" com Cuba, nas quais ambos os países evitam atitudes hostis. Explicitarei as diferenças que nos separam de Cuba com relação ao enten

Secreto-Exclusivo



## Secreto-Exclusivo

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— 08 —

entendimento do princípio da não-intervenção. Notei que, frequentemente, Cuba em desrespeito a esse princípio e em decorrência do que considera ser um dever de solidariedade internacional, julga-se no direito de prestar apoio político-militar a movimentos rebeldes em terceiros países, posição da qual discordamos.

23. Finalmente, antes de minha despedida, Haig fez breve mas significativo relato sobre a questão do Oriente Médio. Afirmou identificar uma nova disposição ("new mood") em Israel a respeito da autonomia palestina e, quando notei que, de qualquer forma, a autonomia municipal seria insuficiente, redarguiu que no momento o importante é manter as conversações em andamento e sobretudo preservar o Presidente Sadat.

24. Acrescentou Haig que solicitara paciência aos europeus ocidentais, sob o argumento de que uma nova "iniciativa" forneceria a Israel pretextos para o endurecimento, a uma observação minha a propósito da moderação do programa de oito pontos apresentado pela Arábia Saudita, Haig reconheceu que o mesmo continha partes "proveitáveis", como a que reconhece implicitamente a Israel o direito de existir em paz dentro de fronteiras reconhecidas, ao mencionar a Resolução 242 como uma das bases de solução do conflito. Haig concluiu com a afirmação de que prosseguirá no esforço de Camp David e que, para tanto, contava, inclusive, com a benção discreta da Arábia Saudita.

25. Acredito que a conversa com o Secretário de Estado foi útil, sobretudo, por confirmar que a posição norte-americana quanto a diversas questões (África Meridional, América Central, Cuba, Direito do Mar, energia nuclear, etc...) está sofrendo ou pode sofrer uma evolução favorável. Haig parece em condições de matizar as colocações iniciais de natureza principista e desejoso de buscar resultados diplomáticos concretos. Essa tendência é saudável e abre espaço para que mantenhamos, com os EUA, um diálogo com base na confiança, embora, naturalmente, não isento de divergências. Creio, assim, estar confirmado o acerto da estratégia seguida pelo Brasil em suas relações bilaterais com os EUA no sentido de retardar, tanto quanto possível, a eclosão, ou o desenvolvimento de controvérsias, na expectativa, justamente, de que as diferentes posições norte-americanas aos poucos pudessem

Secreto-Exclusivo

RSJ

**Secreto-Exclusivo**

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— 09 —

ser retiradas do campo da retórica e ajustadas às necessidades práticas da negociação. Começam, assim, a ser criadas condições para que possamos imprimir novo impulso às nossas relações com os EUA.



Ramiro Saraiva Guerreiro  
Ministro de Estado das Relações Exteriores

**Secreto-Exclusivo**

SECRET-EXCLUSIVE

INFORMATION FOR THE PRESIDENT OF THE REPUBLIC

September 30 1981

Brazil-USA. Interview with U.S. Secretary of State Alexander Haig

No. 319

Last Sunday, September 27, shortly before returning to Brazil, I was received by Secretary of State Alexander Haig. The interview, which lasted about three quarters of an hour, was cordial, substantive and dealt with several subjects.

2. The Secretary of State, who told me he had spent the week-end engaged in conversations on the Middle East, was in an excellent mood and displayed interest in dialogue.

3. Haig started the conversation with a mention to the forthcoming visit to Brazil of Vice-President George Bush, whom he described as a longtime friend.

4. Next, he mentioned the question of the peaceful use of nuclear energy and the related issue of international cooperation in this field. Haig said that in his view the multiplicity of American norms on nuclear energy constituted "an aberration" a "fixation" that does not correspond to President Reagan's thinking nor to that of the American people. Such "insanities", which were a product of the policy followed by the previous American government, were harming the very economic performance of the country, since because of the number of instances dealing with the various aspects of nuclear questions, eleven years are now required between the conception and the effective operation of a nuclear plant in the United States. According to Haig, such norms, therefore, should be changed. My interlocutor remarked that the examination of the question of the recharging of Angra I belongs to this context. For my part, I told him that the position of the Brazilian government is to try to prevent, as much as possible, that this question takes dramatic proportions, which perforce would negatively affect our bilateral relations, and that we remain willing to enter into negotiations on the issue, as we had announced to Assistant Secretary of State Thomas Enders during his recent visit to Brazil. (From what I can infer from Haig's words, there are signals that the American position in this question is evolving: at first, and until Enders' visit, Washington demanded new commitments from Brazil in the area of safeguards; when the Brazilian government refused to heed those requests, Enders sought to characterize, during his visit, an impasse of which the Brazilian government would be the "guilty" party. I avoided such an outcome and now the Secretary of State seems to have recognized that the problem is rather the regime that the American legislation seeks to impose, rather than the Brazilian attitude. It is very likely that the reason why Haig has given this optimistic indication is that he may not be thoroughly aware of the specific point of the present difficulties at the bilateral level.

5. I then expressed to Haig my confidence that the two governments would be able to resolve any bilateral problems, either political or economic, that may arise. I remarked, however, that on the other hand we in Brazil were concerned with certain positions that the American government is adopting in the multilateral field, especially in what regards the Law of the Sea, the North-South dialogue and the attempt to divide developing countries in several categories which, when applied, create commercial and financial problems for us. In this context I mentioned the difficulties that are beginning to arise for Brazil due to the position of the United States to extend to the IMF and the World Bank the concept of "graduation", which, once crystallized, would seriously damage our eligibility as loan takers in those

financial institutions. (I had a clear impression that Haig was unaware of the implications for Brazil of this attitude on the part of his government, which seems to indicate that the growing application of the concept of "graduation" by the American government to countries such as Brazil, Mexico, Argentina and others is mainly the result of a certain general thinking about the problems of North-South relationship, rather than of specific political motivations, even without taking into account the repercussion on their bilateral relations with these countries).

6. I explained to Haig the position of our government about the Brazilian participation in Cancún, to which he had a positive reaction, in view of the state of President Figueiredo's health. Haig expressed his wishes for the well-being of the Brazilian President and manifested the concern of President Reagan, with whom he had had a conversation on Sunday morning .

7. The Secretary of State was keen to apprise me of the latest developments in the negotiations on the independence of Namibia. Stating that he could talk frankly with me, Haig said that following contacts with South Africa and within the Western contact group he had come to believe in the possibility of reaching positive results if some minor changes could be introduced in the plans of the United Nations for the independence of Namibia. He clarified that the bilateral conversations United States-South Africa have not been a "love feast" and sometimes turned unpleasant, besides being difficult. Haig said he was convinced that a polemic climate or public attacks of condemnation of South Africa would not be useful (this position, by the way, is traditional on the part of the United States regarding the whole decolonization process). Haig added that recriminations against South Africa during the current year led Pretoria to harden its position and reject a significant UN presence in Namibia, including Resolution 435 itself. He said that to consider SWAPO as the only representative of the Namibian people had been a mistake on the part of the UN. (I recalled, on this issue, that in the context of the negotiation SWAPO itself and the Front Line African countries had even accepted in January, at the Geneva Conference, that other forces participated normally in the political process in Namibia and that this had been an important concession, while South Africa remained inflexible. Haig added that the South Africans were convinced that, in view of documents they had apprehended in Angola, the Soviets have been assisting and "directing" SWAPO for at least two years (this, by the way, is not a new accusation on the part of South Africa).

8. Haig went on to inform me that Undersecretary Clark and Assistant Secretary Crocker had achieved in their long conversations the acceptance of South Africa to: a) resolution 435; b) an important presence of the UN in the transition of Namibia to independence; c) measures to create confidence; d) that the white minorities, despite receiving guarantees, do not come to enjoy a right of veto allowing them to halt the political process in Namibia; e) a non-aligned position by Namibia at the international level.

9. Haig indicated that the meeting of the Contact Group which took place last week aimed at refining these positions, which now should be negotiated with the other actors in the process, including the Front Line countries and SWAPO.

10. Haig talked with emphasis about the related question of the presence of Cuban troops in Angola and the convenience of creating international conditions to facilitate their withdrawal. I apprised him in an abridged form of the contacts we have held with the Angolan government and of our evaluation of its interest in a negotiated solution for the question that would make possible that withdrawal. After mentioning again the South African belief that the USSR is behind SWAPO, Haig observed that "he and I" knew that the African nationalists will always be willing, in their struggle, to utilize any ideology in order to reach power. He reaffirmed that his government is not interested in the transformation of Namibia into an instrument for the USSR (this position has a certain degree of convergence with ours, since we are interested to

see to it that African countries be able to assert their own national personality, regardless of pressures).

11. Haig reported that during his visit to Yugoslavia he received a message from the Ministry of Foreign Affairs of Angola, Mr. Paulo Jorge, to the effect that the Angolan government would favor the creation of international conditions that would lead to the Cuban withdrawal and that he was deeply interested in Western trade and technology. Last Thursday, Haig said, he had had a confidential meeting with Paulo Jorge, during which the message received in Belgrade had been confirmed.

12. Haig confided that he would tell Gromyko this coming Monday that the United States are willing to resolve the Southern African questions with or without Soviet participation. In a previous meeting, Gromyko had already said that the USSR does not have "an interest" in the region and Haig called on him to act accordingly ("put your money where your mouth is").

13. Haig said that Namibian independence and the Cuban withdrawal are no longer a "chicken and egg question" but rather "a chicken omelette". He stated he has been receiving positive signs from the AUO and even from Cuba.

14. I repeated to Haig what I had already expressed to Enders in Brasilia: we do not speak for Angola, but it seems to us that the solution for the question lies in the negotiation of mutual guarantees by stages, combined with an eventual withdrawal ("phasing out") of the Cuban troops. I added that I did not see any reason preventing the Angolan government to reach a compromise in this direction, while, of course, Angola would keep an internal socio-economic organization of a Marxist kind. Haig made two comments to this: he said it was necessary to "preserve" his Angolan interlocutors in order to avoid happening to them "the same that happened to Agostinho Netto"; and that the United States wanted to keep the superpowers away from Southern Africa. I mentioned to him again the possibility of negotiation of mutual guarantees and of the Brazilian interest in a truly independent and non-aligned Angola, in reply to his observation that we should not "repeat" the idea that the Cuban troops should only leave Angola after Namibia becomes independent. (In fact, the Brazilian government never put the question in those terms. Haig probably received from Enders an inaccurate report of the conversation I had with the latter in Brasilia. On that occasion, I observed to Enders that it was not likely that the Cuban troops would leave Angola before the independence of Namibia, in view of the very genesis and motivation of the Cuban presence: to protect Angola from South African incursions, something that would only become unnecessary with an independent Namibia. That was the background of my suggestion to Enders about the negotiation of reciprocal guarantees distributed along stages, as a form of breaking the impasse).

15. Regarding the Law of the Sea, I expressed concern with the possibility that the United States would be in a position of total isolation and mentioned that the U.S. itself should make an effort to prevent that eventuality. Haig replied that his objective was to avoid the repetition of the SALT-I episode, that is, that the Executive would sign a treaty and afterwards find itself unable to obtain ratification from the Senate. He stated that with the current reappraisal of positions in the United States, private interests are already beginning to understand that to exploit the sea bottom without stumbling they would need a multilateral treaty, and the American government believed it would be able to come back to negotiations preserving the consensus previously reached.

16. With regard to the substance of the Cancún negotiation, I clarified that the Brazilian government is not interested in the creation of a mechanism to act after the Conference, but wishes the latter to be conclusive and that it produces a spirit of conciliation that may be used as the circumstances of the North-South dialogue

warrant it. I added that in Cancún Brazil will emphasize the structural, global and long lasting aspects and that we would resist the division of developing countries in different categories, since these countries share fundamental problems such as, for instance, being net importers of capital and technology, suffering from imbalances in different sectors and struggling against serious social problems. Haig showed some understanding regarding the latter point and answered that he was aware that Brazil is a big, complex and diverse country. He spoke of the future “superpower” and I commented that we had not even “graduated”.

17. The Secretary of State told me that at Grand Rapids Presidents Reagan and Lopez Portillo, plus Prime Minister Trudeau, besides exchanging views about Cancún, had also examined the present situation in Central America and the Caribbean. He reported that the Mexican President now strongly supports the plan of assistance to the “Caribbean basin”, since the United States clarified that this plan neither belongs in the scope of the East-West competition nor is specifically directed against Cuba.

18. For my part, I apprised him, in general terms, of the conversations I had had with President Lopez Portillo on the occasion of my visit to Mexico. I explained that we had dissociated ourselves from the Franco-Mexican declaration about El Salvador without being aggressive to our hosts. I observed that we had not found a justification for the public action carried out by Mexico and France. I also made explicit the differentiation that we make between certain colonial situations which have a strong international component, and other situations such as that of El Salvador, in which the principle of non-intervention must be fully respected. I added that we had exhorted Venezuela and Mexico to try privately to motivate their respective Salvadoran friends or co-partisans to look for a peaceful and negotiated solution for the crisis, in spite of all difficulties.

19.. The Secretary of State reported to me that at Grand Rapids Lopez Portillo had practically apologized about the Franco-Mexican communiqué (“we have not done things the right way” the Mexican President was quoted as having said). Haig added that the Social-democrat leader Guillermo Ungo has maintained some contact with President Duarte, who is a Christian Democrat. Haig showed interest that the Social-democrats would join the electoral process in that capacity, but not that the guerrillas would do likewise, since the latter counted on the support from the “arm of Moscow”.

20. Recognizing the difficulties of the Salvadoran problem, I conveyed the impression that it would be convenient that the elections did not serve only as an attempt to obtain external legitimization for the current Salvadoran government, but that the internal problem be also dealt with in parallel.

21. My interlocutor replied that the United States wants to reach the source of the problem and that this means to deal with Cuba in a constructive way, whether the Cubans cooperate or not. He asserted that the United States is ready to work with the Cubans and is not trying to create difficulties (“we are not looking for trouble”) in spite of the 40.000 Cuban soldiers in Africa and of the 10 million dollars that Cuba receives daily from the USSR. (On this point, Haig is certainly gathering ideas from Lopez Portillo, who is willing to intermeditate an eventual rapprochement Cuba-United States).

22. For my part, I informed him on the state of our “non-relations” with Cuba, in which both countries avoid hostile attitudes. I explained the differences that keep us apart from Cuba regarding the understanding of the principle of non-intervention. I remarked that often, in disrespect of that principle and in accordance with what it considers to be a duty of international solidarity, Cuba believes to have the right to render politico-military support to insurgent movements in several countries, a position with which we disagree.

23. Finally, before taking leave, Haig made a brief but significant report about the Middle East situation. He stated that he identifies a new mood in Israel about Palestine autonomy, and when I noted that, in any case, municipal autonomy would be insufficient, he countered that at the moment what is important is to keep the conversations going and above all preserve President Sadat.

24. Haig added that he had asked the Western Europeans to be patient, under the argument that a new "initiative" would provide Israel with pretexts to harden its stance. To my remark about the eight-point program presented by Saudi Arabia, Haig admitted that it contained "usable" parts, such as the one that recognizes implicitly to Israel the right to exist in peace within recognized boundaries, by mentioning Resolution 242 as one of the bases for the solution of the conflict. Haig concluded with the statement that he will proceed with the Camp David effort and that for it he also had the discreet blessing of Saudi Arabia.

25. In my view, the conversation with the Secretary of State was useful mainly to confirm that the American positions on many questions (Southern Africa, Central America, Cuba, Law of the Sea, nuclear energy, etc....) are undergoing or may undergo a favorable evolution. Haig seems to be in a position to give different hues to the initial postures of principle and wishes to look for concrete diplomatic results. This is a healthy trend which opens room for us to maintain with the United States a dialogue based on trust, albeit, of course, not devoid of divergence. I believe that this confirms the well-founded strategy followed by Brazil in its bilateral relations with the U.S. to the effect of delaying, as much as possible the breaking out or the development of controversy, expecting, precisely, that the different American positions could slowly be taken off the rhetorical field and be adjusted to the practical needs of the negotiation. In this way, conditions are beginning to be created for us to impart a new impulse to our relations with the United States.

Ramiro Saraiva Guerreiro